



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

**OFÍCIO 65/2024**

Brasília, 26 de abril de 2024.

À Excelentíssima Esther Dweck  
Ministra de Estado de Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Em resposta à proposta apresentada por ocasião da reunião do dia 19 de abril de 2024, A FASUBRA-Sindical/CNG, vem manifestar sua posição acerca do seu conteúdo.

O desenrolar das negociações com o governo pela reestruturação da Carreira e recomposição salarial dos servidores Técnico-administrativos em Educação culminou na proposta apresentada pelo MGI na 4ª reunião de mesa específica e temporária, ocorrida no dia 19 de abril.

Desde o início, a FASUBRA Sindical buscou o diálogo com o governo por compreender que era importante não apenas uma política que garanta a reestruturação e uma recomposição salarial justa, mas também a valorização da educação como um todo, além da redução das disparidades no serviço público federal.

É importante lembrar que, entre a 3ª e a 4ª reunião da mesa específica da nossa carreira, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de aprofundar a compreensão da nossa proposta. Esse grupo de trabalho contou com a participação do governo, representado pelo MGI e MEC, além da gestão das Instituições Federais de Ensino (CONIF e ANDIFES) e das entidades sindicais (FASUBRA e SINASEFE).

Com a finalização das discussões no Grupo de Trabalho, esperávamos avanços significativos, especialmente levando em conta os pontos de consenso que havíamos alcançado.

No entanto, a proposta apresentada pelo governo na última reunião desconsiderou grande parte desses pontos, ignorando o trabalho realizado pelas entidades sindicais e pelo próprio governo nos trabalhos do GT reestruturação.

Dessa forma, visando dar continuidade às negociações da reestruturação do PCCTAE e celeridade ao processo de negociação na mesa específica, e, após consultar a base, apresentamos as seguintes considerações:

- 1) A conjuntura atual, marcada por uma política de austeridade fiscal adotada pelo próprio governo, instituída pelo arcabouço fiscal, impõe um peso desproporcional sobre os servidores públicos, tornando toda essa discussão extremamente frustrante. É preciso cobrar coerência do governo, coerência em afirmar que a



educação é prioridade e coerência em seu compromisso declarado de diminuir as desigualdades entre as carreiras do serviço público federal.

- 2) O PCCTAE é uma das carreiras que apresenta as menores remunerações do Serviço Público Federal (SPF) e como consequência disto, também uma das maiores taxas de evasão, e adoecimento do SPF, e que a mesa de negociação específica viria como mecanismo para buscar solucionar essa questão.
- 3) As mesas específicas da educação, que envolvem as categorias do magistério federal e do PCCTAE, enfrentaram diferentes trajetórias de perdas salariais ao longo dos anos, com o PCCTAE acumulando índices de perdas inflacionárias de 34%, caso seja levado em consideração a inflação de 2016-2023, ou de até 53%, de 2010-2023, conforme documento protocolado pelo FONASEFE na Mesa Nacional de Negociação Permanente.
- 4) A recomposição das perdas inflacionárias no PCCTAE ainda não equipara a carreira com as remunerações de categorias semelhantes, como Ciência e Tecnologia e FNDE, ATI, AIE, INEP e tampouco resolve o problema das altas taxas de evasão e terceirização na categoria.
- 5) A proposta do governo de recomposição salarial, com índice de 12,8%, sem nenhum valor de reajuste proposto para 2024, representa o menor já oferecido a uma carreira dentre as categorias que tiveram mesa específica aberta até o momento, o que implica não só na manutenção das desigualdades salariais e sociais dentro do Serviço Público Federal, mas no agravamento delas, sendo o oposto do declarado como compromisso pelo governo.

Nesse contexto, e considerando também a necessidade de equidade e justiça salarial, a FASUBBRA/Comando Nacional de Greve (CNG) encaminha uma contraproposta, a ser protocolada e reavaliada pelo Governo:

A FASUBBRA-Sindical/CNG rejeita a proposta de recomposição remuneratória apresentada e solicitamos a rediscussão do orçamento separado para a reestruturação e recomposição da categoria dos Técnico-administrativos em Educação.

A FASUBBRA-Sindical/CNG reafirma a proposta construída pela categoria, e trabalhada no GT Reestruturação e, portanto, manifesta concordância com os cinco pontos acatados na sua totalidade pelo governo na negociação até agora, a seguir: a diminuição do interstício de progressão para 12 meses, a verticalização da malha salarial, a fim da diferença da relação direta e indireta para fins de concessão do IQ, revisão dos fazeres dos cargos e a utilização da classe E



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos  
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
Fundada em 19 de dezembro de 1978

como referência remuneratória na tabela.

A FASUBRA-Sindical/CNG reitera a continuidade da negociação dos pontos da proposta não contemplados em sua totalidade e nos quais houve consenso no GT, como a equiparação salarial entre os níveis A e B e entre os níveis C e D, em valores de 40% do nível E, e 60% do nível E, respectivamente. Reitera, também, a necessidade da manutenção do mecanismo de progressão por capacitação.

A FASUBRA-Sindical/CNG solicita, também, previsão imediata, por meio de Lei, do Reconhecimento de Saberes e Competências, para ativos, aposentados e instituidores de pensão, com diretrizes de concessão a serem posteriormente discutidas no âmbito da CNSC, com participação das entidades, gestão das IFE e representantes do MEC e do MGI;

Espera-se que esta contraproposta seja avaliada com seriedade e consideração, e que o governo finalmente trate as carreiras da educação, os mais de 224 mil servidores TAE, com a justiça necessária. A FASUBRA-Sindical/CNG espera que o governo cumpra sua promessa de redução das disparidades entre as carreiras do funcionalismo público federal e valorize os trabalhadores da educação destinando o orçamento necessário para a reestruturação da carreira e um índice de reajuste salarial, com valores a serem aplicados a partir de 2024 e que equipare o PCCTAE com as outras carreiras que já foram reestruturadas, demonstrando coerência com seu compromisso declarado de que a educação é sua prioridade.

Por fim, solicita o agendamento de reunião o quanto antes para dar continuidade ao processo negocial iniciado em 19 de abril de 2024.

Atenciosamente,  
Direção Nacional da FASUBRA –Sindical/CNG